

PROCESSO HIPERINFLACIONÁRIO E REACOMODAÇÃO DISTRIBUTIVA NO BRASIL DOS ANOS 80

Marcio Pochmann*

"Somente a violência conduz a uma equalização substancial da distribuição da renda" (Wiles, 1974).

Introdução

O quadro de estagnação do produto social, aliado à transferência de uma parte da renda gerada internamente aos banqueiros internacionais e, ao mesmo tempo, à valorização financeira da riqueza líquida do grande capital paralisado pela recessão, desencadeou, a partir do início dos anos 80, um virulento processo hiperinflacionário no Brasil. Nesse mesmo período de tempo, as alterações profundas na estrutura da distribuição da renda nacional expressaram, com clareza, a exata dimensão do movimento desigual e assimétrico ocorrido entre as diferentes formas de apropriação do produto social.

No presente texto, a inflação é entendida como sendo uma decorrência, a nível dos preços, da luta travada entre diferentes agentes econômicos pela repartição da renda dentro da economia capitalista. Assim, cabe destacar, desde logo, que se está trabalhando com a hipótese que identifica o conflito distributivo como foco responsável pela inflação. Não se trata, a bem da verdade, de simplificar o complexo processo hiperinflacionário instalado no Brasil desde o início dos anos 80, mas de conferir apenas uma atenção especial à relação existente entre o nível de preços

* Economista, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) e membro do DIEESE.

e a disputa entre os agentes econômicos pela divisão da renda nacional.

Durante a década de 70, o Produto Interno Bruto apresentou uma taxa média de crescimento de 8,8% ao ano, acrescida de um ingresso líquido médio anual de recursos externos equivalentes a 4,6% do produto nacional. Noutras palavras, a renda interna cresceu a um nível extremamente elevado, juntamente com a incorporação de recursos externos de valores significativos. Dessa forma, a magnitude da expansão da renda nacional e a repressão aos movimentos sociais transformaram-se nos principais instrumentos de controle do conflito distributivo. Nessa fase, o País conviveu com uma média de inflação de 40,3% ao ano (IGP-DI).

No período subsequente, o Brasil registrou um crescimento médio do PIB de apenas 1,6% ao ano e ainda transferiu para o Exterior o equivalente a quase 3% da renda nacional anual. Isso significa dizer que a estagnação do produto interno, com taxas médias de expansão inferiores ao crescimento vegetativo da população, e a transferência líquida de recursos internos para o Exterior ocasionaram a agudização do conflito distributivo. Com isso, a inflação cresceu bastante, registrando uma taxa média anual de 356,1% na década de 80 (IGP-DI).

Ainda para o mesmo período de tempo, não se deve deixar de observar o comportamento diferenciado ocorrido entre a oferta de moeda (M1) e o produto social, conforme mostram os dados da Tabela 1. A queda na quantidade de moeda verificada durante a década de 80, com exceção de 1986, foi resultado da aceleração inflacionária, bem como da política econômica ortodoxa de limitação da expansão produtiva.

Em contrapartida ao movimento de desmonetização ocorrido na economia brasileira, verificou-se um aumento explosivo do endividamento público interno. A rápida expansão de títulos públicos de característica anormal, uma espécie de direito de apropriação concedido ao proprietário do capital, que, na ausência de bens e serviços produzidos, representa apenas um certificado sobre bens e serviços a serem produzidos no futuro, tornou-se um componente de constante pressão sobre o nível de preços. Esses títulos do endividamento público interno, com prazo de financiamento extremamente curto e valorização financeira bem superior ao crescimento médio do setor produtivo interno, forçam a mudança dos preços praticados no mercado toda vez que o direito de apropria-

ção da riqueza ameaça transformar-se, em grande quantidade, nos meios de pagamento de bens e serviços sem cobertura real (Schumpeter, 1982). Assim, os preços dos bens e serviços praticados no mercado alteram-se, procurando acompanhar o indicador de valorização financeira dos títulos públicos (taxa de juros). A distribuição de renda, por consequência, termina sendo modificada em favor dos agentes econômicos com maior poder de acompanhamento da taxa de valorização financeira, concedida pelo endividamento público interno.

Na década passada, foi possível perceber como o processo hiperinflacionário esteve, em sua maior parte, impulsionado pela manutenção de uma determinada estrutura distributiva. Estrutura esta que foi definida a partir dos efeitos diretos da política econômica ortodoxa implementada no início dos anos 80. A bem da verdade, uma estratégia de política econômica que tinha implícita uma determinada política de rendas (Camargo, 1985), que, embora de sentido restrito, objetivava reunir em torno de si os grupos de interesses econômicos a serem privilegiados.

Por outro lado, a incapacidade das diferentes políticas econômicas posteriores em romper com essa forma de acomodação distributiva tornou-a, no limite, solidária com a força de inércia à mudança daqueles setores privilegiados (grandes empresas privadas, banqueiros internacionais, exportadores, novos rentistas privados do setor público). Percebe-se, portanto, a dificuldade em ser montada uma política de rendas com sentido amplo, capaz de reunir em torno de si interesses econômicos suficientemente fortes para estabelecer um novo rumo na estrutura distributiva nacional.

Uma nova política de rendas que expresse bem os interesses da maior parte da sociedade brasileira necessita ser implementada, do contrário, o processo hiperinflacionário continuará representando a forma mais cruel de aprofundamento de uma determinada estrutura distributiva, sobretudo quando encontra acolhida nos próprios instrumentos de política econômica tradicional. As informações sócio-econômicas da Tabela 1 confirmam esse tipo de afirmação para os anos 80.

Tabela 1

Indicadores econômicos no Brasil — 1981-90

ANOS	OFERTA MONETÁ- RIA (M1) (1)	DÍVIDA PÚBLI- CA (2)	TAXA DE CÂMBIO (3)	EXPOR- TAÇÃO (4)	IMPOR- TAÇÃO (4)	PIB	SALÁRIO MÍNIMO (5)	EMPREGO NA INDÚS- TRIA — FIESP (6)
1981	102,5	179,3	90,5	115,7	96,4	95,7	102,5	91,5
1982	84,3	228,3	86,9	100,1	84,5	96,6	106,9	87,1
1983	54,2	231,8	90,1	108,8	67,2	93,8	90,8	79,2
1984	49,1	244,2	86,0	134,1	60,6	98,9	84,2	79,0
1985	59,0	321,7	86,9	127,4	57,3	107,1	86,2	85,4
1986	142,1	522,5	115,5	111,0	61,2	115,1	81,5	95,0
1987	61,9	753,1	64,9	130,3	65,6	119,3	58,8	96,0
1988	37,5	599,4	38,3	167,8	63,6	119,3	61,9	92,2
1989	29,8	673,8	21,4	170,8	79,6	123,4	65,9	92,7
1990	46,3	(7)514,0	33,1	155,9	88,7	117,7	47,1	(8)87,7

FONTE: IBGE.
FGV.
DIEESE.
FIESP.
BACEN.

(1) Saldo em dezembro de cada ano. Deflacionado pelo IGP-DI. (2) Estoque das Dívidas Públicas Federal (inclui títulos em NCz\$ a vencer), Estadual e Municipal em dezembro de cada ano. Deflacionado pelo IGP-DI. (3) Taxa média de venda do Cr\$ por US\$ no BACEN, em dezembro de cada ano. Deflacionada pelo IGP-DI. (4) Variação do saldo em US\$, no mês de dezembro de cada ano. (5) Salário mínimo médio real anual (inclui 13 salários) em São Paulo. Deflacionado pelo ICV-DIEESE. (6) Indicador de Emprego Industrial em São Paulo da FIESP. (7) Em novembro de 1990. (8) Em outubro de 1990.

NOTA: Os dados têm como base 1980=100.

Política de estabilização e repercussão distributiva

O Brasil avança na década de 90 sem ter ainda interrompido de forma eficaz o processo hiperinflacionário que o acompanha desde o início dos anos 80. Nesse período relativamente pequeno de tempo, pôde-se verificar a mais grave e perversa concentração da renda ocorrida no País, desde o Segundo Pós-Guerra. Os indicadores estatísticos produzidos pelo IBGE demonstram que a distribuição pessoal da renda nacional, entre 1981 e 1989, piorou muito, pois os 10% mais ricos da população aumentaram a sua participação na renda de 46,6% para 53,2%, enquanto os 50% mais pobres tiveram reduzida a sua participação relativa de 4,5% para

3,5%. Os dados referentes à distribuição funcional da renda interna urbana também confirmam essa realidade infame, uma vez que a participação do trabalho, que representava exatamente a metade da renda em 1980, decaiu para valores em torno de apenas um terço ao final da década¹.

O agravamento da concentração de renda nacional, no entanto, não deve ser creditado exclusivamente ao processo hiperinflacionário ocorrido no País. A estagnação do produto social por habitante ao longo da década e o fracasso generalizado das políticas de estabilização trouxeram consequências profundas para a participação relativa do trabalho na renda nacional. Noutras palavras, significa dizer que as decisões das autoridades econômicas têm um papel importante na explicação da redução da parcela salarial, na medida em que influenciam direta ou indiretamente a determinação dos parâmetros de conflito entre o crescimento da renda e o nível de preços na economia (Musella, 1988).

Esse tipo de constatação parece ser fundamental, uma vez que permite demonstrar como uma boa parte das teorias sobre a inflação não deveriam estar limitadas tão-somente ao simples conceito de elevação geral e persistente do nível de preços. De outra maneira, a inflação pode ser melhor concebida como sendo o resultado efetivo dos movimentos divergentes de acomodação entre as diferentes formas de apropriação da renda gerada².

Assim, para uma certa quantidade de produto social gerada no país, ocorre uma disputa entre diferentes agentes econômicos pela determinação de sua parcela de renda a ser apropriada. Quando a quantidade do produto social decresce

¹ Para 1989, as estimativas indicavam como sendo 35% a participação da renda assalariada. O Professor Castro discorda desses dados por entender que devam existir sérios equívocos na contabilização da renda a custo de fatores do trabalho e do capital (Castro, 1990). Pessoalmente, participa-se da hipótese de subestimação contábil da parcela assalariada urbana, entretanto, independentemente dessa polêmica, fica difícil negar a queda tão significativa da renda do trabalho num período de tempo inferior a uma década.

² As linhas teóricas que tratam da inflação como expressão do conflito distributivo podem ser encontradas em diferentes autores. A partir dos anos 50, distintos modelos do processo inflacionário associados a esse tipo de concepção teórica tornaram-se mais explícitos e generalizaram-se em diversos centros acadêmicos (Resende, 1979).

ou mesmo permanece estagnada por longo tempo, os diferentes agentes tendem a elevar bruscamente o conflito distributivo, de modo a impedir uma redução de sua participação relativa na renda nacional. Da mesma forma, a entrada de novos setores na divisão do produto social (banqueiros internacionais, novos rentistas) contribui também para elevar o conflito distributivo, sobretudo quando não há crescimento da renda nacional. É interessante destacar que o conflito distributivo, inerente à sociedade capitalista, tem uma forma bastante ampla, envolvendo disputas de natureza interclasse (capital, trabalho) e intraclasse (capitais industrial, comercial, financeiro) nacionais e internacionais.

A taxa de inflação, portanto, pode ser melhor entendida como sendo um instrumento redistributivo que é acionado a partir de alguma forma de apropriação da renda que a precede (Munhoz, 1985). A estabilização do nível de preços, nessa condição, deve ocorrer quando um (ou mais) agente econômico "aceita" uma redução relativa ou mesmo absoluta na sua participação na renda gerada, o que permite a consolidação de uma nova acomodação entre as diferentes formas de apropriação do produto social.

A espiral nos preços relativos expressa bem a dificuldade social em definir o agente econômico disposto a "aceitar" uma perda real na renda nacional. Por conta disso, a política de estabilização deve ter como um dos seus objetivos centrais agir diretamente sobre o foco distributivo, de modo a conter a aceleração do nível de preços. Em face a isso, a política antiinflacionária termina trazendo implicações bastante fortes para a definição da relação social e a determinação do nível global da atividade econômica (Deleplace & Maurisson, 1985). Nesses termos, o conteúdo da política econômica de combate à inflação pode ser ou não solidário com a estrutura prévia de apropriação da renda estabelecida pela espiral dos preços relativos.

No interior do pensamento econômico, é possível identificar maneiras distintas de diagnosticar a presença da inflação, assim como o uso diferenciado de instrumentos da política de características antiinflacionárias. Há aquela linha de pensamento econômico ortodoxa que procura adequar a expansão do produto social ao estrito limite da estabilização do nível de preços. E, por outro lado, há também a linha de pensamento econômico heterodoxa, mais preocupada com o processo de acumulação e com os limites

que impedem a expansão do produto social (Camara Neto, 1990). Neste caso, existe a preocupação em atingir determinadas metas de combate à inflação, sem que, com isso, seja prejudicado o nível da atividade produtiva.

Durante os anos 80, o Brasil foi palco de importantes experiências de combate à inflação. Mesmo correndo o risco da simplificação conceitual, é possível identificar, no que se refere aos seus efeitos sobre a renda, três diferentes tipos de política econômica antiinflacionária. De um lado, a política ortodoxa, que, por implicar a limitação da quantidade gerada do produto social, termina agindo indiretamente sobre a capacidade reativa dos agentes econômicos. Dessa forma, fica mais fácil impor a determinados agentes uma redução real na sua participação relativa na renda. Esse tipo de política econômica, ao limitar a capacidade reativa de alguns agentes frente a uma redução na apropriação da renda, estabelece uma acomodação distributiva favorável àqueles agentes econômicos com maior capacidade de defesa. O que não a diferencia, em termos gerais, daqueles setores que tradicionalmente se beneficiam com a inflação.

De outro lado, a política econômica heterodoxa, por não impor como condição necessária limites à qualidade do produto social, permite que o conflito distributivo possa ser atenuado e regulado a partir da ampliação do produto gerado. Assim, esse tipo de política governamental possibilita o sancionamento de uma nova acomodação entre diferentes formas de apropriação da renda. É por isso que os planos heterodoxos têm por efeito mudar a correlação de forças no ambiente do conflito distributivo, possibilitando que os principais perdedores com a inflação se tornem os principais ganhadores e vice-versa (Camargo, 1990).

Por fim, como resultado da combinação das duas políticas econômicas anteriores, chega-se ao terceiro tipo: a heterortodoxa. Essa política de combate à inflação, sem apresentar limites ou estímulos claros à quantidade de renda gerada, termina resultando na estagnação produtiva (alternância entre curtos períodos de aceleração e de desaceleração). O ritmo "stop and go" da renda gerada decorre, basicamente, da incapacidade de a política econômica impor alterações significativas entre as diferentes formas de apropriação da renda nacional.

Políticas de combate à inflação e a reacomodação distributiva nos anos 80: a experiência brasileira

A situação de crise que se generalizou, no final da década de 70, por quase toda a economia brasileira foi terrivelmente agravada com a interrupção do ingresso voluntário de recursos externos, a partir de 1982. Em função disso, a estratégia de crescimento econômico fundada no endividamento externo e implementada pelo regime autoritário chegou ao fim.

Naquela oportunidade, o tratamento governamental dado à questão da dívida externa terminou resultando na definição de uma nova estrutura interna de reacomodação entre as diferentes formas de apropriação da renda nacional. Na realidade, o ajuste realizado na economia brasileira, com forte impacto sobre a estrutura distributiva, ocasionou o desencadeamento de um lento e gradual processo hiperinflacionário no País. Isto porque, basicamente, a opção governamental pela implementação de uma política econômica ortodoxa, concebida pelo FMI como "ajuste monetário do balanço de pagamentos", implicou, no início dos anos 80, a queda da massa salarial (redução do salário real e do nível de emprego), o aumento das margens de lucro das grandes empresas privadas, a desvalorização da taxa cambial, a elevação dos juros do mercado interno e a centralização da dívida externa do setor privado no Banco Central.

Em termos práticos, o que terminou prevalecendo foi a intenção de fazer com que o País passasse a transferir uma quantidade significativa do produto social gerado internamente para o Exterior. Tratou-se, portanto, da submissão da política econômica nacional ao ritmo e ao objetivo propostos pela conta externa. Dessa forma, determinados agentes econômicos tiveram perdas reais de renda, enquanto outros "parceiros" (grandes empresas privadas, rentistas do setor público e banqueiros internacionais) tiveram a sua participação relativa na renda nacional aumentada.

Para que isso fosse possível, vários instrumentos de política econômica tiveram que ser adotados, resultando, por consequência, na imposição de uma nova estrutura de reacomodação distributiva no País, desde 1983. A recessão e os decretos-leis de arrocho salarial possibilitaram uma queda dos rendimentos assalariados na renda nacional. De outra parte, a agressiva política cambial, a redução real dos preços e tarifas das empresas estatais, os subsídios e anistias fiscais, a elevação da taxa de juros e a liberação

interna dos preços privados impuseram uma profunda modificação interna nos preços relativos.

Assim, o conjunto dessas medidas econômicas levou, por um lado, à geração de um expressivo saldo na balança comercial (cambiais necessárias para servir de pagamento do serviço da dívida externa) e à formação de novos mecanismos de defesa do patrimônio das empresas privadas (troca de ativos reais por ativos financeiros). Mas, por outro lado, o setor público teve agravada enormemente a sua situação econômica e financeira. A redução da carga tributária (subsídios e anistia fiscal, queda do produto, subtarifação dos produtos e serviços das empresas estatais), a elevação da dívida pública externa (centralização da dívida externa no Banco Central e desvalorização cambial que resultava no aumento do estoque do próprio endividamento) e o aumento da dívida pública interna (política monetária de redução da liquidez e elevação da taxa de juros) tornaram-se os principais responsáveis pelo desequilíbrio das finanças públicas.

Na verdade, por conta da política de ajuste econômico, coube ao Estado assumir certos compromissos que o tornaram prisioneiro dos interesses privilegiados pela acomodação distributiva consolidada em 1983. Em função disso, as bases do processo hiperinflacionário passaram a ser materializadas por força da inércia desses interesses frente a qualquer tentativa de alteração, seja da estrutura distributiva, seja do comportamento submisso do Estado. De outra parte, coube também à política econômica viabilizar a continuidade da estrutura distributiva perversa, em nome da "cruzada nacional contra a inflação", o que significou encontrar verdadeiros bodes expiatórios (inicialmente o salário, logo depois o "déficit" público) para justificar os instrumentos ortodoxos na política antiinflacionária governamental.

Não obstante o encadeamento em curso do processo hiperinflacionário, os exportadores, os banqueiros internacionais e os rentistas internos dos títulos públicos puderam manter ou mesmo elevar a sua participação na renda gerada, mesmo com a queda no produto social, ocasionada pela recessão econômica do início dos anos 80. Entretanto ficou bastante claro como a política econômica ortodoxa mostrou ser ineficiente para reduzir a taxa de inflação. O que se verificou na prática foi a sua aceleração, dado o elevado grau de solidariedade, que mantinha integrados

os interesses dos setores privilegiados pela política econômica ortodoxa daquele período, com a própria inflação.

Com a instalação do Governo da Nova República, a estratégia de combate à inflação fundada no controle da demanda agregada, num ambiente de indexação generalizada, foi efetivamente alterada. A política heterodoxa foi implementada a partir do início da segunda metade da década de 80. Entretanto a mudança na forma e no conteúdo da política econômica não logrou sucesso sustentável contra o processo hiperinflacionário.

A consistência técnica implícita na política econômica de cunho reformista implantada naquela oportunidade não foi suficiente para encontrar acolhida no campo institucional (Diniz, 1990). Na realidade, a consolidação da transição política de caráter conservador terminou por não resultar na geração de forças necessárias e suficientes para romper em definitivo com os interesses privilegiados pela política ortodoxa do período anterior. Embora fosse possível identificar importantes avanços democráticos imprimidos, a partir de então, na conduta do Estado, este não conseguiu libertar-se efetivamente dos interesses que vinham sendo privilegiados desde o início dos anos 80.

As tentativas de reversão da estrutura distributiva fundadas na elevação da massa salarial, na diminuição da margem de lucro, na valorização cambial, na redução da taxa de juros e na moratória da dívida externa, sobretudo em 1986, não foram suficientes para resistir à força da inércia daqueles interesses econômicos contrariados (banqueiros internacionais, grandes empresas privadas, exportadores e os rentistas dos títulos públicos). As metas da política econômica heterodoxa bateram de frente com os interesses dos setores solidários com a inflação, e logo ficaram claros os seus verdadeiros limites. A dificuldade em acumular reservas cambiais (e não mais a incapacidade em saldar os compromissos da dívida externa), sem a geração dos "megasuperavits" na balança comercial, impôs à política econômica a necessidade de fazer valer novamente a política cambial agressiva. Por conta do retorno das desvalorizações cambiais, grande parte dos agentes econômicos terminaram movendo seus preços de forma a acompanhar internamente a rentabilidade obtida pelo setor exportador. Da mesma forma, o risco de descontrole monetário, ocasionado pela geração de elevados saldos na balança comercial, exigiu o retorno da política de endividamento público de curto prazo. Por consequência, foi ampliado o desequilíbrio patrimonial do

setor público (Teixeira, 1990). Face a isso tudo, a acomodação distributiva não foi alterada, mas agravada. O novo impulso no conflito distributivo, estimulado pela expansão da renda nacional e pelos avanços no campo democrático, foi rapidamente sucumbido pelo fracasso do Plano Cruzado.

A partir de então, o processo hiperinflacionário, que se encontrava interrompido, alcançou um novo nível de evolução. A política econômica de combate à inflação passou a perder as suas características heterodoxas, assumindo cada vez mais os contornos ortodoxos. Os agentes econômicos, por sua vez, passaram a inovar e generalizar condutas defensivas, incorporando ao custo de produção as expectativas de novos choques.

A estagnação do produto social nos últimos anos da década comprova o errático percurso da política heterodoxa, que, ao perder progressivamente a sua eficácia, passou a sancionar a acomodação distributiva consolidada no início dos anos 80. Assim, a fraqueza da política antiinflacionária do "arroz-com-feijão" em romper com os vínculos de solidariedade entre especuladores e inflação aliada à deterioração das condições de financiamento da economia brasileira tornaram mais próximos os riscos iminentes da irrupção do processo hiperinflacionário. A situação interna chegou ao seu limite próprio, inviabilizando, inclusive, a continuidade do pagamento dos serviços da dívida externa (moratória não declarada), no início do segundo semestre de 1989. Diante desse contexto, cabe destacar que a campanha eleitoral para Presidente da República, após quase três décadas sem eleições, ocorreu na esteira da desorganização crescente da estrutura produtiva e da explosão do nível de preços internos.

O respaldo eleitoral obtido pelo Presidente eleito parece ter dado a confiança necessária à autoridade econômica para, ao não conseguir romper com a acomodação distributiva da renda estabelecida no início dos anos 80, implementar novamente uma política ortodoxa. É bem verdade que a política de estabilização continha alguns lampejos heterodoxos, como o congelamento de preços (apesar do fechamento dos organismos de controle e fiscalização de preços e da inexistência de estoques reguladores de produtos alimentícios) e, ainda, o aprisionamento e a desvalorização de recursos depositados no sistema financeiro (apesar da liberação intencional de grande parte dos recursos presos posteriormente). Além disso, é bom destacar

que a estratégia antiinflacionária do novo Presidente eleito, fundada na política de controle de demanda, divergiu do programa ortodoxo implementado pela última equipe do Governo Militar, no que diz respeito, basicamente, à busca da desindexação generalizada para toda a economia.

Mais uma vez, o processo hiperinflacionário não foi interrompido de forma eficaz, embora a taxa de crescimento do nível de preços fosse sensivelmente reduzida. A profunda recessão provocada em 1990, por outro lado, não foi suficiente para abafar o conflito distributivo, apesar da gravidade das perdas de renda real impostas aos setores sociais desprovidos de maior resistência. É bem verdade que a profunda queda ocorrida no produto social impôs prejuízos a grande parte dos agentes econômicos, mesmo para alguns setores que vinham sendo privilegiados pela política ortodoxa desde o início dos anos 80. Todavia esses prejuízos, mais uma vez, foram muito maiores para aqueles setores que já vinham acumulando perdas na sua participação relativa na renda nacional, face à aceleração das taxas de inflação e ao fracasso das políticas de estabilização anteriores.

Da mesma forma, o esforço fiscal em restabelecer o equilíbrio orçamentário, que decorreu da maior contração do gasto público e, principalmente, da despesa financeira e do atraso de débitos governamentais, buscou encontrar solvência para uma parte significativa dos títulos do setor público (direitos de apropriação sobre a riqueza dos rentistas privados do Estado). O resultado dessas medidas foi expressivo, a tal ponto de levar a autoridade governamental a retomar o pagamento de parte do serviço da dívida externa. Essa estratégia fiscal, entretanto, apresenta limites bastante claros. Isto porque a política de combate à inflação se manteve soldada aos interesses de grande parte dos agentes econômicos privilegiados pela acomodação distributiva estabelecida nos primeiros anos da década de 80.

Percebe-se, portanto, que o limite da estrutura distributiva perversa estabelecida naquele período está determinado pela capacidade de certos agentes econômicos continuarem aceitando perdas relativas em sua participação na renda nacional. Quando isso não mais for possível, o processo hiperinflacionário tornar-se-á latente e explosivo. Somente uma mudança profunda na atual estrutura distributiva poderá interromper, de forma social e econo-

micamente eficaz e eficiente, o processo hiperinflacionário inaugurado pela política ortodoxa no início dos anos 80. Para isso, os gestores da política governamental necessitam definir outros atores sociais que deverão arcar com o ônus das medidas de caráter antiinflacionário. No entanto deve-se ressaltar que a escolha de estratégias de política de combate à inflação requer a decisão antecipada de realizar determinadas alianças sociais visando dar consistência técnica e fundamentação política a uma nova reacomodação distributiva no País.

Bibliografia

- CAMARGO, J. M. (1990). Inflacion, congelamento de precios y activismo sindical. In: PREALC. *Estabilizacion y respuesta social*. Santiago de Chile, OIT.
- (1985). *Política de rendas e ajuste macroeconômico*. Rio de Janeiro, PUC. (Texto para Discussão, 103). (mimeo.).
- CAMERA NETO, A. F. (1990). Ortodoxos e heterodoxos. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 12(68), nov.
- CASTRO, A. B. (1990). O Brasil a caminho do mercado de consumo de massa. In: AS PERSPECTIVAS do Brasil e o novo governo. São Paulo, Nobel.
- DELEPLACE, G. & MAURISSON, P. (1985). *L'heterodoxie dans la pensee economique*. Paris, Anthoropos.
- DINIZ, E. (1990). Empresariado, sindicatos y politica económica en la nueva república: Brasil, 1985/86. In: PREALC. *Estabilizacion y respuesta social*. Santiago de Chile, OIT.
- MUNHOZ, D. G. (1985). A teoria da "não-universidade" da teoria econômica. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, 5(1):21-39, jan./mar.
- MUSELLA, M. (1988). Inflazione e conflitto sociale in modello alla rowthorn. *Revista di Politica Economica*, Roma, SIPI, 78(3), dic.
- RESENDE, A. L. (1979). *Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural*. Rio de Janeiro, PUC. (Texto para Discussão, 1). (mimeo.).

SCHUMPETER, J. A. (1982). *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Abril Cultural.

TEIXEIRA, A. (1990). *Vinte anos de política econômica*. Campinas, IPT/FECAMP. (Relatório de Pesquisa). (mimeo.).

WILES, P. (1978). *Distribution of income: east and west*. In: BACHA, E. *Política econômica e distribuição de renda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.